



ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados! Bom dia, deputado Zeca do PT! Bom retorno às sessões. Leitura da ata. *"Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e dezenove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Vinte e Oito da Vigésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 141/2023, da Prefeitura Municipal de Bonito; Ofício nº 335/2023, do Ministério dos Transportes – Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos; Ofícios nºs 227 a 236, 277, 280 a 282/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 162/2023, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto, Pedro Kemp, Professor Rinaldo, João Mattogrosso, Rafael Tavares, Coronel David. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Marcio Fernandes e Coronel David. GRANDE EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo e Lia Nogueira. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 185/2022, de autoria do deputado Lucas de Lima. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei Complementar nº 1/2023, de autoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 26/2023, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Lei nº 63/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de José Maycon Gusmão dos Reis; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Londres Machado, endereçada ao doutor José Aparecido Barcello de Lima, por ocasião da sua aposentadoria e pelos trinta anos dedicados à Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul em defesa dos interesses da população sul-mato-grossense; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada aos senhores Leonardo Nassif e Raphael Rodrigues Miguel, sócios da Elysées Academie, a primeira academia boutique do estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, à Apae, pelo Dia Internacional da Síndrome de Down; requerimento de moção de congratulação,*



de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos policiais militares de Batayporã; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Gráfica e Etiquetas Akatsuka LTDA, pelos seus dezenove anos de atividades em Dourados, completados no dia 27 de fevereiro deste ano; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Líder Comércio e Indústria de Alimentos LTDA, pelos seus dezesseis anos de atividades em Dourados, completados no dia 26 de fevereiro de 2023; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada ao terceiro-sargento PM Euclides Luís Maldonado Reinoso e ao cabo PM Denner do Nascimento Almeida; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada ao terceiro-sargento PM Paulo José de Matos, ao cabo PM Anderson Honório dos Santos e à cabo PM Daniela da Silva Ramos, por socorrerem uma criança de um ano e nove meses engasgada com remédio na noite do último dia 23 de março de 2023, nesta capital; indicações, de autoria dos deputados Pedrossian Neto, Lucas de Lima, Renato Câmara, Junior Mochi, Gerson Claro, Rafael Tavares, Lidio Lopes, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Coronel David, João Mattogrosso. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de abril do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Registramos o retorno do nosso querido deputado Zeca do PT e lhe desejamos boa saúde e plena recuperação. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhora deputada, senhores deputados, presidente Gerson Claro, servidores desta Casa e órgãos de imprensa que cobrem a nossa Sessão. Quero cumprimentar o nosso ex-governador e deputado estadual Zeca do PT! Desejo a ele saúde e paz. Eu irei a Porto Murtinho e trarei de lá uma pena de caburé para o senhor. Vai ficar tudo tranquilo, se Deus quiser. Fomos designados pelo presidente da Casa para compormos a comitiva oficial do governador na reunião sobre a Rota Bioceânica em Salto, na Argentina, nos dias 12 e 13 de abril. Estou muito feliz em vê-lo aqui. Um abraço à senhora Gilda. Que Deus o abençoe. Expediente da Sessão Ordinária do dia 5 de abril de 2023: Ofícios n^{os} 275, 276 e 279/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Coronel David, João Henrique e Rafael Tavares (Prot. sem número); Ofício n^o 284/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. sem número); Ofício n^o 143/2023, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia do Termo de Convênio n^o 001/2023 (Município de Ponta Porã – Sistema de Iluminação Pública), para ciência deste Poder Legislativo (Prot. sem número). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.



DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas! Venho a esta tribuna repercutir uma notícia que acabei de ver na imprensa. Agora de manhã, um homem de vinte e cinco anos entrou em uma creche de Blumenau e com uma machadinha matou quatro crianças. Notícia terrível. Eu sei que a tragédia aconteceu em Santa Catarina; mas temos de nos atentar para este problema que vem acontecendo no Brasil todo. Venho pedir novamente aos colegas que prestem bastante atenção aos projetos que nós apresentamos aqui relacionados ao emprego dos praças nas escolas públicas do estado para proteção das crianças. Muitas pessoas estão me mandando esta notícia e dizendo que estão com medo de deixarem seus filhos irem à escola. E peço novamente para o governador, através do secretário de Justiça e Segurança Pública, colocar este estudo em prática o mais rápido possível, para que os pais dos alunos fiquem mais tranquilos. Portanto, hoje, quero apenas lamentar o ocorrido em Blumenau e pedir celeridade ao governo do estado no sentido de oferecer proteção às crianças. Muito Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Bom dia a todos! Senhor presidente, peço licença para ler meu requerimento aqui da mesa. Solicito à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, autorização para me tornar coautor dos Projetos de Lei nº 023/2022 e nº 117/2022, ambos de autoria do saudoso deputado Amarildo Cruz, falecido em 7 de março de 2023. Assim, esta Casa possibilitará que os referidos projetos continuem em tramitação. Destaco que um deles trata da declaração de utilidade pública de uma entidade, e para que a instituição não fique prejudicada, quero que o projeto continue tramitando. Era o que eu tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, deputados e deputada Lia Nogueira! Indico à Mesa, em consonância com o artigo 160, VI, e o artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, e ao superintendente regional do Dnit, senhor Euro Varanis Júnior, solicitando a implantação de sistema de controle de velocidade de veículos na BR-262, via de acesso ao povoado de Salobra, no município de Miranda. A presente indicação atende ao pedido formulado pela Associação dos Moradores do povoado de Salobra, por meio de sua presidente, senhora Marinalva, e de seu secretário, senhor Moisés. Indico à Mesa, em consonância com o artigo 160, inciso VI, e o artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando recursos para a implantação do Centro de Hemodiálise no Hospital Regional de Amambai. A presente indicação foi formulada pelos vereadores do município de Amambai Janete Córdoba, Anilson Prego, Joanir Martins, Tato Souza, Walter Brito, Cida Farias Locutor, Gustavo Simões, Odil Puques, Rosa Linda, Geverson Vicentin, Roberto Sangue Bom e Lígia Borges. Indico à



Mesa, em consonância com o artigo 160, inciso VI, e o artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desde Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, solicitando recursos para a construção de um contorno rodoviário no município de Iguatemi. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo prefeito de Iguatemi, senhor Lidio. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputadas e senhoras e senhores telespectadores da TV Assembleia. Eu tenho uma indicação a apresentar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente estadual dos Correios do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor João Edílson Oliveira Rocha, bem como aos prefeitos dos municípios de Amambai, Anastácio, Aquidauana, Caarapó, Coxim, Jardim, Maracaju, Nova Andradina, Naviraí, Paranaíba, Rio Brillhante e Sidrolândia, solicitando a realização de estudo e acordo de cooperação entre os Correios e os municípios, visando à implantação de novos Códigos de Endereçamentos Postais nas referidas cidades. A presente indicação visa a incitar os Correios a acompanharem o crescimento dos municípios do nosso estado, adequando os CEPs à realidade atual. O CEP, conjunto numérico constituído de oito algarismos, orienta e acelera o encaminhamento, o tratamento e a distribuição de correspondências. Em regra, os municípios com população inferior a 50.000 habitantes residentes na sede urbana são codificados com um único CEP, válido para todos. Já em municípios com população superior a 50.000 habitantes residentes nas sedes urbanas, a codificação é feita por logradouros. Assim, considerando que os municípios acima mencionados possuem CEP único, a implantação de CEPs nos logradouros tem por objetivo organizar, agilizar e facilitar as postagens, a localização e a distribuição das correspondências, de forma lógica, bem como o gerenciamento do território. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja reservado o Plenário Deputado Júlio Maia para a data de 22 de novembro de 2023, no período das 19h às 21h, para a realização da Sessão Solene de Celebração do Dia do Músico e entrega da Medalha Som do Pantanal Arara-Azul, conforme a Resolução nº 12/2010. Para a realização do evento, requeiro os serviços de cerimonial, copa, segurança, sonoplastia, taquigrafia, multimídia, informática, confecção de convites, medalhas, honorarias, banner painel, cobertura jornalística pela TV e Rádio Assembleia, bem como quaisquer outros apoios administrativos necessários. Este projeto de resolução foi apresentado pela então deputada Dione Hashioka, em 2010. Se esta solicitação for aprovada, quero convidar os deputados para participarem desta homenagem aos músicos do estado. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, venho a esta tribuna para apresentar dois requerimentos. Requeiro à Mesa, na forma regimental,



ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro Camilo Santana, do Ministério da Educação, solicitando auxílio na alocação de recursos para a implantação do curso de Medicina na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Campus de Coxim. Justificativa anexa. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando — em caráter emergencial — a execução dos serviços de patrolamento e encascalhamento da estrada que liga o distrito de Piraputanga à comunidade quilombola de Furnas dos Baianos I e II. Ademais, quero falar da satisfação de retornar a esta Casa. Agradeço a manifestação de carinho e solidariedade que recebi dos colegas deputados. Sinto-me absolutamente preparado para os novos desafios. Quero continuar na defesa do que acredito. E também porque aqueles dias, inclusive do falecimento do deputado Amarildo, pensei muito, e não posso deixar meu amigo, meu irmão Pedro Kemp sozinho. Tenho que dar um jeito de retornar. Quero dizer ao deputado Pedro Kemp que estou aqui para ouvir a liderança e encaminhar nossas pautas. É uma satisfação enorme estar de volta à Assembleia Legislativa. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Seja bem-vindo! Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, faço uso da palavra para apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Camilo Santana, do Ministério da Educação, solicitando atendimento a três projetos que estão protocolados na plataforma Simec-PAR, que tratam da manutenção e ampliação das escolas municipais Raquel de Queiroz, Pedra Branca e Monteiro Lobato, todas do município de Chapadão do Sul. Documentação anexa. Esta indicação atende à proposição da vereadora professora Almira, da Câmara Municipal de Chapadão do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Mattogrosso. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares! Trago a esta Casa uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões, que seja implementado um centro de hemodiálise anexo ao Hospital Regional de Amambai e convênios ou contratações de médicos nefrologistas para atenderem na rede pública de saúde da referida cidade. Os pacientes fazem hemodiálise três vezes na semana e, para isso, viajam 94 quilômetros até Ponta Porã, com turmas previamente determinadas. Esses pacientes, portanto, necessitam de um centro de hemodiálise com médicos nefrologistas especializados. Esta situação é um drama para familiares e pacientes. O desgaste físico e mental, para uma pessoa que já se encontra debilitada, é debilitante, no mínimo. Portanto, a consulta com o nefrologista no local é essencial, pois é ele que



diagnostica e trata infecções urinárias, nefrites, pedras nos rins, doenças renais crônicas, doença renais císticas, entre outras, e também orienta e acompanha a hemodiálise, a diálise peritoneal e o transplante renal, em conjunto com outros profissionais. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Bom dia, presidente Gerson Claro e nobres pares! Bom dia, senhores que nos honram com sua presença neste Plenário e a todos que nos assistem pela TV Assembleia. Quero apresentar uma indicação. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a construção de uma escola na região do bairro Pró Morar XIV, no município de Rio Brillhante. A presente indicação foi motivada pela população do epigrafado município. A população de Rio Brillhante aumentou significativamente nos últimos anos, e as escolas já não contemplam satisfatoriamente toda a comunidade. As salas de aula ficam superlotadas, o que gera uma redução no rendimento dos estudantes. Considerando os motivos supracitados, faz-se necessário o atendimento a tal requerimento, com vistas a garantir uma educação qualitativamente satisfatória à comunidade de Rio Brillhante. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Venho à tribuna para apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica na avenida Manoel Gouveia, no bairro Itapoã, no município de Ivinhema. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a viabilização de recursos da União para a instalação de uma unidade permanente do Centro Especializado em Reabilitação Ortopédica – Cer/Apae no Município de Caarapó. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, solicitando a reforma e a instalação de câmeras de monitoramento na sede do Detran do município de Nova Alvorada do Sul, bem como a designação de um servidor agente patrimonial para aquela agência. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, solicitando a aquisição e destinação de doze aparelhos de ar-



condicionado para a Escola Estadual Delfina Nogueira de Souza, no município de Nova Alvorada do Sul. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: onze indicações (Prot. nºs 01348/2023, 01349/2023, 01350/2023, 01351/2023, 01352/2023, 01353/2023, 01354/2023, 01355/2023, 01356/2023, 01357/2023, 01358/2023); duas moções de pesar (Prot. nºs 01346/2023, 01347/2023). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 01378/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: duas indicações (Prot. nºs 01367/2023, 01368/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01360/2023, 01361/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 01341/2023, 01340/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01359/2023, 01383/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: um requerimento (Prot. nº 01362/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 01342/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 01377/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 01399/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: oito indicações (Prot. nºs 01336/2023, 01337/2023, 01338/2023, 01339/2023, 01343/2023, 01344/2023, 01345/2023, 01369/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 01381/2023); um requerimento (Prot. nº 01382/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 01373/2023, 01374/2023, 01375/2023, 01376/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 01379/2023, 01380/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Não está presente. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Bom dia, presidente, colegas deputados e senhores presentes! Trago a esta tribuna um assunto de alta relevância, um assunto que aflije a sociedade sul-mato-grossense, que invade as famílias e que não está limitado a uma classe social específica: o abuso de álcool e drogas e o surgimento de verdadeiras cracolândias no centro das grandes cidades, e também em Campo Grande. Eu temo que nosso estado perca esta batalha. Pessoas muitas vezes alcoolizadas ou drogadas perambulam pelo centro e pela região da antiga rodoviária. Analisando o caso, presidente, vemos que há uma lacuna na legislação. Porque o tema não é de responsabilidade da Assistência Social, mas da Saúde. O fato é que as pessoas não recebem o tratamento, a atenção necessária. Diante disso, convido os demais parlamentares a subscrever esta proposta, que não solucionará, mas que poderá mitigar grande parte do problema. A propositura diz respeito às comunidades terapêuticas, que temos em nosso estado, em particular aqui em Campo Grande, as quais fazem um trabalho extraordinário voltado à recuperação de alcoólicos e drogados. Tais comunidades cuidam não apenas da pessoa, mas também do seu entorno, cuidam de familiares, que muitas vezes ficam



doentes. O pai e a mãe sabem quando seu filho cai no uso de crack, de cocaína, de pasta base. Infelizmente, há muitas pessoas que precisam de uma dose de álcool para começar o dia. Então, eu vou solicitar a criação, deputado Professor Rinaldo, de uma Frente Parlamentar de Apoio às Comunidades Terapêuticas do nosso estado. Essa frente parlamentar, deputado Junior Mochi, suprapartidária, motivará diversos colegas que já ajudam as comunidades terapêuticas. E nós podemos tratar deste tema e buscar um equacionamento da solução. Peço à Mesa diretora que façamos uma audiência pública para debatermos este tema, com a minuciosidade que ele exige. É necessária, deputado Junior Mochi, a criação de uma política estadual de combate ao uso de álcool e de drogas, bem como a implementação de uma subsecretaria ou de uma superintendência que trate deste assunto especificamente. E nós precisamos oferecer maior aporte de recursos a este segmento. Imaginem! Há apenas trezentas vagas nas comunidades terapêuticas de Campo Grande. Essas instituições abrigam pelo menos setecentos dependentes químicos e recebem da Prefeitura Municipal de Campo Grande, por meio do chamado cofinanciamento, recursos para atenderem somente trezentas pessoas.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por gentileza, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Este tema é relevante e vem sendo debatido há muito tempo. A dependência de álcool e de drogas tem tirado o futuro de jovens não só em Mato Grosso do Sul, mas no Brasil. A meu ver, tem de haver realmente uma política nacional que trate das três ações específicas: prevenção, recuperação e combate ao crime praticado pelo traficante e pelo usuário. Nesta Casa, seis, sete anos atrás, na oportunidade em que houve uma majoração tributária relacionada ao fumo e ao álcool, uma das sugestões que apresentei foi no sentido de que, dos três pontos percentuais que foram aumentados no Imposto de Renda das empresas destes segmentos, fosse destinado um ponto percentual para um fundo de entidades terapêuticas voltadas para a prevenção do uso de drogas e de álcool, bem como para a recuperação de dependentes. Até hoje, mesmo em nível nacional, não há um procedimento comum para as comunidades terapêuticas. Muitas entidades utilizam de questões relacionadas à religião; nós temos que entender que isto tem fundamento, mas não tem o amparo científico necessário para dizer se dá ou não dá resultado positivo. Portanto, é necessário haver uma padronização. Muitas instituições são sérias e bem ou mal têm contribuído para a recuperação de dependentes químicos; mas ainda estão muito aquém da demanda. E não há um protocolo-geral. Acho que isso tinha de partir do Ministério da Saúde, porque se trata de um problema de âmbito nacional. Assim, as comunidades terapêuticas poderiam adotar programas de prevenção do uso de drogas e álcool e de recuperação de dependentes. Eu não conheço, entre todos os programas de prevenção hoje existentes, um melhor que o Proerd, da Polícia Militar. E já disse à coordenação do projeto que é necessário haver o pós, o acompanhamento. O Proerd trabalha com um número significativo de crianças, de nove a quatorze, quinze anos, é eficiente e produz resultados efetivos; mas tem de ser feito um acompanhamento, para sabermos se as crianças saem preparadas suficientemente para enfrentar e para resistir o uso de substâncias



entorpecentes. Acho importante trazer novamente o assunto a esta Casa. Eu digo que as substâncias entorpecentes são o mal dos novos tempos. E entendo que precisamos solicitar ao governo que aplique o recurso que ficou definido por esta Casa; inclusive o projeto de lei determina a destinação de "um ponto percentual". Esse recurso não é tão grande, mas é bom, é significativo, e pode ajudar tanto as instituições, como no caso a Polícia Militar, que realiza o Proerd, quanto às comunidades terapêuticas ou os hospitais de recuperação de dependentes químicos.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Excelente comentário, deputado. Penso que nós poderíamos criar um novo marco regulatório estadual, para que pudéssemos estabelecer o protocolo científico. Sobre o 1%, nós precisamos trazer a discussão à tona, deputada Mara Caseiro, porque esse percentual foi aprovado aqui e foi uma pré-condição para a majoração das alíquotas dos produtos do fumo e da bebida. E nada mais natural que nós cobrarmos o cumprimento da legislação. Então, quais ações devem ser realizadas imediatamente? A criar a frente parlamentar; marcar uma audiência pública para discutirmos a política estadual de combate ao uso de álcool e de drogas, para discutir a criação de uma subsecretaria ou de uma superintendência específica para tratar deste assunto, para discutir o financiamento de ações através de convênio com as prefeituras ou da realização de chamamento público através de termos de fomento ou de colaboração feitos pela Secretaria de Estado de Saúde, de modo que o doutor Maurício Correa Simões possa contratualizar com as mais de dez instituições de Campo Grande e aumentar assim o número de vagas para pelo menos quatrocentas, quinhentas, imediatamente, para oferecer tratamento aos doentes e dependentes que hoje estão no centro de Campo Grande. Há inúmeros locais onde estão se formando cracolândias, não somente em Campo Grande, como também nos grandes centros do nosso estado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Parabéns a Vossa Excelência pela iniciativa! Tenho certeza de que essa frente parlamentar vai ajudar, e muito. Aqui há vários colegas que têm ações voltadas para essas instituições, deputado Pedrossian Neto. E eu sempre fico a pensar: qual família não tem alguém — mesmo que seja um pouco distante, um primo de primeiro ou de segundo grau — envolvido com drogas? Eu não conheço nenhuma. A própria palavra "dependente" já diz tudo. É como uma criança que não tem condições de se alimentar sozinha ou de tomar banho sozinha e precisa de alguém para ajudá-la. O dependente precisa de alguém. Esta é uma questão de saúde pública. Essas pessoas outrora eram tratadas como "bebuns" e maconheiras. Eu conheço histórias e histórias de pessoas do bem que se enveredaram para o mundo das drogas e que depois não conseguiram sair. Quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: o poder público não tem os instrumentos necessários para cuidar desse tipo de pessoa. Se vocês visitarem o Orionópolis, o Cotelengo, verão que não há pessoas preparadas para atender esse público. É como eu disse outro dia: profissão a gente escolhe; agora, Deus é quem

escolhe profissionais de espírito altruísta e condições psicológicas para estender a mão a quem precisa. Então, eu quero dizer a Vossa Excelência que eu sou seu parceiro e quero ser um dos integrantes da frente parlamentar. O deputado Junior Mochi lembrou, com muita propriedade, de que em 2015 nós aprovamos um projeto de lei visando criar um fundo para as instituições não governamentais. A Rose era vice-governadora na época, e estava como governadora em exercício, porque o Reinaldo Azambuja estava de férias, e foi ela que sancionou a lei. Eu não me lembro do valor exato, mas na época daria mais ou menos 1 milhão de reais por mês. Lembra disso, deputado Junior Mochi?... Hoje seria em torno de 3 milhões de reais. Então nós precisamos de quê? Precisamos regulamentar. E quero solicitar ao governador Eduardo Riedel que peça ao Flávio, atual secretário, que faça um estudo para regulamentar a destinação de 1% oriundo do ICMS do tabaco e do álcool para as instituições, que, com muitas dificuldades, fazem um belo trabalho. Exemplo do que estou dizendo é o pastor Samir, eu sou parceiro do Samir, do Esquadrão da Vida; e do Milton, que fez faculdade comigo, da Clínica da Alma; um fazendeiro doou uma área para ele poder cuidar de cento e cinquenta pessoas, ou mais, homens e mulheres. Ele faz um trabalho maravilhoso, ele atende aqueles que o poder público não consegue atender. Todos os colegas aqui têm um trabalho voltado para essa área e têm sido parceiros. Acredito que a frente que Vossa Excelência apresenta hoje vai fortalecer ainda mais nossas ações. Agradeço o aparte.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Quero pedir a ajuda dos deputados que participaram desta discussão aqui em 2015, para que possamos montar uma comissão de três ou quatro deputados e levar ao governador e ao secretário de Fazenda esta proposta e finalmente tirar essa ideia do papel.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concedo um aparte à deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado Pedrossian Neto, acho que todos nós deputados temos que nos unir e trabalhar no combate às drogas. Eu não tenho dúvida de que os centros de recuperação cumprem o papel que o poder público deveria cumprir, mas não está cumprindo. Então alguém, mesmo com dificuldades, tem de fazer alguma coisa. A maioria dos centros de recuperação é tocada ou por ex-dependentes, ou por familiares de ex-dependentes que entenderam a importância do centro de recuperação. Eu conversei com o deputado Junior Mochi sobre o seguinte: precisamos, primeiro, buscar a regulamentação da lei de 2015. Na época, nós discutimos o assunto nesta Casa com o objetivo de levantarmos recursos. E, hoje, ficamos tristes porque não temos um centro de recuperação de dependentes químicos público em nosso estado. Esta sempre foi uma demanda debatida neste Parlamento. Eu me lembro de que em 2011, 2012, eu fiz uma audiência pública aqui para tratar da consciência jovem e do combate às drogas. Porque eu entendia, e entendo até hoje, que nós temos de preparar os jovens para que eles consigam dizer "não" a este mal que atinge e que ceifa a vida do dependente e que acaba com a vida da família. Praticamente toda semana uma mãe, um familiar, alguém



liga para nós pedindo uma vaga num centro de recuperação. Muitas vezes é complicado para a pessoa assumir que é dependente química. E como disse o deputado Rinaldo, 'quem não tem um caso de dependência na família?' Então, eu me somo a Vossa Excelência e aos demais deputados para criarmos a frente parlamentar e para discutirmos, com responsabilidade, o combate às drogas e o aporte financeiro aos centros de recuperação, que têm feito um trabalho de excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito obrigado, deputada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pois não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Parabéns pelo tema que Vossa Excelência traz a esta Casa. O uso de entorpecentes é preocupante, é algo que atinge muitas famílias no Brasil. Eu recebi segunda-feira em meu escritório um pai que precisava de ajuda. É triste o sentimento dos pais quando percebem que o filho está usando drogas. Eu tenho um sobrinho nessa situação. Eu ouvi os deputados Junior Mochi, Rinaldo e Mara Caseiro. E no início do primeiro mandato do governador Reinaldo Azambuja, nós votamos a lei que aumentava as alíquotas de coisas supérfluas: bebida, cigarro etc. Olhe, eu nunca recebi, durante o mandato do Reinaldo, nada que pudesse ser investido no social. Na realidade, eu não tinha nem conhecimento, e deveria ter, de que aquela lei não foi regulamentada. Ora, o governo não ia depositar recurso próprio, ia depositar no fundo. Era uma coisa tão lógica que deveria ter sido feita no governo anterior, mas como o Reinaldo foi um excelente governador em todas as áreas... A deputada Mara conversou comigo, e eu discordo um pouco dela, porque nada público, na minha visão, funciona corretamente. Acho que o governo poderia fazer um convênio com a iniciativa privada e utilizar o fundo social no trabalho de internação de dependentes químicos. Até porque, para a criação de uma instituição pública, tem de ser feita a contratação de psicólogos, de pessoas para administrar o local, tem de construir um prédio próprio... Além disso, eu acho que dentro da cidade o centro não é muito útil, no campo é melhor. Assim a recuperação do dependente é mais tranquila. Eu combinei com o deputado Rinaldo, e nós vamos encaminhar ao governador Eduardo Riedel um pedido para que ele regulamente a lei e comece a fazer o depósito do que foi acordado no governo Reinaldo Azambuja.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito obrigado, deputado. Concordo com Vossa Excelência. Convido os demais parlamentares a se unirem conosco nesta iniciativa. Vamos fazer um requerimento ao governo do estado, solicitando a regulamentação da lei. E além do requerimento, deputado Zeca, vamos montar uma comissão de deputados que militam nesta causa, principalmente aqueles que participaram da discussão em 2016 para aprovação da Lei nº 4875 e que têm na memória o que foi acordado com o governo na ocasião da majoração das alíquotas do fumo e da bebida.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pois não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu quero ler um trecho da Lei nº 4.751, de 5 de novembro de 2015. "... A arrecadação equivalente a 1% do ICMS, oriunda das operações internas ou de importações de bebidas alcoólicas, fumo, cigarros e demais produtos derivados do fumo, será destinada para os Fundos de Assistência Social e de Saúde..." Os hospitais psiquiátricos e centros de recuperação são ligados à Saúde, e as questões relacionadas à prevenção são ligadas à Assistência Social. Então, os recursos seriam destinados com a especificação de investimento nessas áreas. Acho que cabe a esta Casa cobrar do governo a regulamentação da lei e fazer uma grande audiência pública para discutir o assunto com o poder público e a sociedade. Eu conversei com presidente sobre a possibilidade de nós convidarmos inclusive autoridades do âmbito nacional para discutirmos tecnicamente os encaminhamentos sobre o marco regulatório. Esta Casa tem de trazer para discussão este problema que afeta toda a sociedade. Eu não conheço uma família sequer que não tenha pelo menos um ente consumidor de substâncias entorpecentes.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito obrigado, deputado. Para concluir, quero agradecer o apoio dos demais colegas. Tenho certeza de que a Assembleia Legislativa não vai abaixar a cabeça e vai assumir o protagonismo no tratamento desta questão. Mato Grosso do Sul não vai se omitir diante deste problema que aflige a sociedade. Eram essas as minhas considerações, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Grande Expediente, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — sem revisão do orador) — Bom dia, presidente, Mesa Diretora, deputados, deputadas, senhoras e senhores! Eu vim à tribuna para falar sobre as agências reguladoras. Recentemente, nós tivemos aqui uma audiência pública com a ANTT sobre a concessão da rodovia BR-163. Na ocasião, ficamos decepcionados com o processo que nos foi apresentado, o qual dividiu a BR-163 em dois trechos: a Rota do Pantanal e a Rota do Tuiuiú. Deputado Paulo Corrêa, pena que o deputado Londres Machado não se encontra aqui. Mas, naquela oportunidade, eu disse que ia contar a história do Tuiuiú. Não tive tempo. Então vou contá-la hoje. Pois bem. Lá nos idos de 1980, o saudoso Arnaldo Ferreira de Souza era diretor-presidente do Departamento de Estradas e Rodagem de Mato Grosso do Sul, e diz a lenda que certa feita, quando estavam fazendo um rodovia no Pantanal, o doutor Arnaldo estava percorrendo um trecho, inclusive ele tinha o apelido de Aroeira, porque era bastante duro, muito exigente, e num determinado trecho da rodovia havia algumas inconformidades, e o engenheiro fiscal disse: "doutor Arnaldo, olhe um tuiuiú!"; e ele disse: "tuiuiú coisa nenhuma, eu quero saber do problema da rodovia!". É mais ou menos isso que aconteceu aqui quando a ANTT disse que a rota vai se chamar Tuiuiú no Sul, e o tuiuiú é aqui do Pantanal. E a BR-163 vai se chamar Rota do Pantanal. Se fosse na direção de Mato Grosso, tudo bem, mas a Rota

do Pantanal logicamente seria a BR-262, que vai para Corumbá. Mas enfim, a frustração permaneceu. Eu estou tentando obter acesso aos contratos de concessão e aos aditivos que foram feitos, para analisá-los. Até porque na audiência pública em Brasília permaneceu definido que o KM 379 será chamado de Rota do Pantanal; tem 90 quilômetros duplicados, mais 30 da nova concessão, porque 32 ficariam para o anel de Campo Grande; aí nós teremos 84 quilômetros de faixa adicional, que não tem a ver com duplicação, faixa adicional é uma terceira faixa; e nós ficaríamos ainda com 172 quilômetros de rodovia com pista simples. Saliento que na BR-163, só no mês de fevereiro deste ano, ocorreram 102 acidentes. Isso muito nos preocupa. Bom, as agências reguladoras foram criadas em 1997 pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. A primeira agência criada foi a Anatel, que tinha como objetivo cuidar das telecomunicações. Quem viveu naquela época sabe que era difícil comprar até um telefone fixo, havia fila, telefone valia ouro; havia pessoas que possuíam vários telefones fixos e até alugavam aparelhos. Depois da regulamentação da parceria público-privada, a Anatel ficou mais moderna; hoje temos celular e telefone à vontade. Lógico que a participação das empresas privadas no processo do serviço público tem acontecido de forma bem efetiva, de forma muito positiva. E cabe às agências reguladoras fiscalizar e regulamentar a concessão. Bom, saindo agora da história da BR-163, ontem, foi anunciado o índice de aumento da energia elétrica aqui no estado. A Aneel publicou o aumento na tarifa de 6,28% para grandes consumidores e 10,48% para consumidores de baixa tensão. Todos nós sabemos que já no final do ano de 2022, através do Decreto nº 16.073, de 28 de dezembro, a Lei nº 18.810, de 22 de dezembro de 1997, voltou a valer. Até então a energia elétrica estava com 17% de ICMS. Agora para os consumidores de 1 a 200 kilowatt-hora continua 17%. Para os consumidores de 200 a 500 kilowatt-hora foi para 20%. E para aqueles que consomem acima de 500 kilowatt-hora vai para 25%. Lógico que a classe média consome mais 500 de kilowatt-hora, logo vai receber um aumento de 8% na tarifa da energia este ano, por conta do ICMS. Bom, eu fiz um apanhado dos últimos anos e fiz um comparativo da inflação com o aumento da energia elétrica no estado. Todos nós sabemos que a inflação impacta os alimentos, a energia, inclusive a energia é um componente inflacionário, e quando ela sofre um aumento, ela ativa, acelera, alimenta a espiral inflacionária. Bem, de 2018 até 2023, a inflação acumulada ficou em 31,38%. Quando você faz a soma aritmética, quando você faz o cálculo da inflação de forma correta, que é inflação em cima de inflação, como se fosse a regra de juros compostos, essa inflação vai para 35,58%. Da mesma forma acontece com o aumento da tarifa de energia em Mato Grosso do Sul. Quando a gente faz a soma aritmética dos aumentos que aconteceram nos últimos cinco anos, de 2018 a 2023, dá 67,34%. Mas quando a gente considera como se fosse uma regra de juros compostos, vai para 88,77%. Ou seja, a energia elétrica em Mato Grosso do Sul teve um aumento acima da inflação nos últimos cinco anos de 53,19%. Lógico que é a Aneel que determina os aumentos. Ano passado, por exemplo, o aumento da energia foi de 17,93%; este ano foi de 10,48%. Existem vários componentes que determinam o aumento da tarifa da energia elétrica. A inflação de 2022 foi de 5,49%, e a expectativa de inflação deste ano é de 5,9%. Agora, se a energia aumenta 10,48%, ela é com certeza um componente que estimula, que alimenta a espiral inflacionária. E trata-se de preços públicos, que são regidos por agências reguladoras. Então, eu gostaria de convidar a Agems, antiga Agepan, ela não tem essa obrigação, quem regulamenta, quem fiscaliza, quem



determina os preços da energia elétrica é a Aneel, mas existe um termo de cooperação técnica entre a Agems e a Aneel. Portanto, eu gostaria de convidar o presidente da Agems ou o diretor técnico da área de energia e gás para vir a esta Casa e nos explicar a situação; porque eles devem saber por que nos últimos cinco anos a tarifa da energia elétrica tem sofrido um aumento acima da inflação, de 53,19%. Acho que é bem pertinente fazermos isso, porque se a gente considerar que aumentou 8% do ICMS, voltou a 25% para os consumidores que utilizam acima de 500 kilowatt-hora, e mais o aumento de 10,48%, isso dá quase 20% de aumento na tarifa de energia elétrica, a partir de abril deste ano. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Agradeço a presença do Alex Cordeiro, vereador do município de Laguna Carapã; do vereador Márcio Butierre, do município de Laguna Carapã; do meu amigo Junior Coringa, vereador do município de Campo Grande; do senhor Marcio Scarlasara, vice-prefeito do município de Naviraí; e do senhor Ederson Dutra, presidente da Câmara Municipal de Naviraí. Comunico aos nobres deputados que nós faremos uma audiência pública para discutirmos o projeto da malha ferroviária de Mato Grosso do Sul. A audiência será conduzida pela Assembleia Legislativa e o Governo do Estado, com a presença da ANTT. Semana que vem nós definiremos a data da audiência...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu vou encaminhar posteriormente para Vossa Excelência um requerimento que deverá ser endereçado ao diretor-presidente da Agepen e ao secretário de estado de Justiça e Segurança pública, solicitando explicação sobre o motivo pelo qual no Diário Oficial de hoje o diretor-geral da Agepen, ao arripio da lei, nomeou, de forma interina, o novo diretor da Polícia Penal, sendo que tal ato é privativo do governador do estado. Ainda hoje eu repassarei aos senhores uma cópia deste requerimento. Esperamos que o diretor-presidente da Agepen se manifeste. Caso se verifique que ele não tinha competência legal para tal ato, que o governo determine então a anulação ou que torne sem efeito este ato, que, logicamente, em nossa visão, não se reveste de nenhuma legalidade. Somente isto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em discussão



única. Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2023. Autora: Mesa Diretora. "Reconhece, para fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Bonito". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2023, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero apenas destacar que a Prefeitura de Bonito requereu a declaração de calamidade e instruiu com excelência. Eu verifiquei todas as certificações, e foi colocada inclusive a estimativa de quanto será gasto, 580 mil reais. Então, pela primeira vez, este parlamentar vê a perfeição do pedido. É um pedido de reconhecimento do estado de calamidade pública, com justificativa de preço, com tudo quantificado. Quero parabenizar a Prefeitura de Bonito e dizer que foi importante a gente discutir o assunto, por mais que alguns colegas ficassem incomodados, para que pudéssemos chegar a esse tipo de pedido. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço aos demais pares. Agradeço ao deputado João Henrique pelas palavras. O prefeito Josmail e a população de Bonito agradecem também. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 254/2022. Autor: deputado Jamilson Name. "Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, a Semana Estadual da Festa das Nações Amigas, celebrado pela Colônia Portuguesa-Clube Estoril; a Colônia Japonesa, representada pelas Associações Nipo Brasileira, Okinawa e Associação Campo-Grandense de Baseball; a Colônia Paraguaia; a Colônia Libanesa; a Comunidade Boliviana; o Centro Cultural Boliviano Tinkuna e o Circolo Italiano". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 254/2022, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) - Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Projeto importante, porque visa à promoção da paz entre as nações. Portanto, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, o deputado Londres Machado, líder do governo nesta Casa acaba de adentrar no Plenário, e a primeira iniciativa que tive, além de cumprimentá-lo, foi perguntar-lhe qual seria a orientação quanto a este projeto, e a orientação é votar favoravelmente. Portanto, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 02/2023. Autor: Ministério Público. "Altera a Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.



Público. Projeto de Lei Complementar nº 02/2023, de autoria do Ministério

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (PATRIOTA) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 046/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, que reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Jamilson Name. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 046/2023, de autoria do Poder Executivo.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (PATRIOTA) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?



DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: quatro requerimentos, quarenta e quatro indicações e duas moções de congratulações. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Maria Isabel Mendes. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento da senhora Elza de Oliveira Correia da Silva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu gostaria de encaminhar uma moção de pesar aos familiares e amigos do ex-senador suplente Celso Dal Lago,



de Dourados, por seu falecimento, ocorrido hoje de manhã. Por não ter dado tempo de colocar a moção sobre a mesa, eu gostaria que ela fosse encaminhada em nome da Casa. Como amanhã não haverá sessão, eu gostaria que esta moção fosse votada em regime de urgência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito que Vossa Excelência nos encaminhe o nome completo e o currículo do Celso Dal Lago. Nós faremos a moção em nome da Casa e já a colocaremos em votação.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu ia comunicar-lhes o falecimento do grande amigo Celso Dal Lago; ele trabalhou no Banco do Brasil, foi um dos primeiros a implementar na região o plantio de cana, foi o primeiro suplente da senadora Simone Tebet. Como ele faleceu hoje de manhã, eu ia propor a moção de pesar aos familiares terça-feira que vem; mas como já foi apresentada uma proposta, solicito autorização para subscrevê-la. Eu convivi com o Celso, meu grande amigo. Dourados perde muito com o falecimento dele.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A moção será enviada pela Casa. Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero registrar a presença do caríssimo padre Valdecir, do Cotelengo Orionópolis Sul-Mato-Grossense. A entidade é importante aqui na cidade, ela atende pessoas com deficiências graves, com deficiências múltiplas, paralisia cerebral, enfim. As crianças e adolescentes recebem no Cotelengo um atendimento de qualidade. Os deputados que quiserem contribuir com o Orionópolis por meio de emendas parlamentares, fiquem à vontade, é um bom investimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Quero comunicar a todos que na próxima terça-feira, dia 11, durante a sessão ordinária, ocorrerá a posse da deputada Gleisi Jane. Comunico-lhes também que este mês realizaremos a audiência pública sobre a malha ferroviária. E semana que vem os deputados Zé Teixeira e Paulo Corrêa representarão esta Casa na Argentina, onde autoridades discutirão a



Rota Bioceânica. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (10h59min).